



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Recurso de Arruda no TJDFT pede efeito suspensivo de condenação

O ex-governador José Roberto Arruda impetrou no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) um pedido de tutela antecipada de urgência para requerer efeito suspensivo da condenação de improbidade administrativa proferida contra ele em 2013. O recurso está nas mãos do presidente do TJDFT, o desembargador Cruz Macedo. Os advogados de Arruda acreditam que o recurso tem boas chances de ser acatado. Um recurso de Arruda contra a condenação tramitava no STJ, sob a relatoria do ministro Gurgel de Faria, e foi devolvido ao TJDFT porque todos os processos relacionados a improbidade administrativa foram suspensos por decisão do STF, até que seja analisada a repercussão geral de uma decisão que anulou condenação em um outro caso devido às novas regras para prescrição e responsabilidade baseada no dolo.

Ed Alves/CB/D.A Press



Risco de demora

Os advogados argumentam que a suspensão da tramitação do processo e dos recursos acarreta um enorme prejuízo aos envolvidos. “O perigo na demora resta evidente, uma vez que o ora petionário (Arruda) e os outros acusados se encontram sofrendo com essas onerosas restrições por tempo indeterminado e incalculável, podendo, até mesmo, eventualmente, durar mais que o período estabelecido no próprio decisum condenatório”, afirmam os advogados. E ressaltam: “Enquanto isso, os acusados perdem a oportunidade de se candidatarem, especialmente na corrente ano de eleição, bem como de exercerem cargos públicos, contratarem com o poder público e receberem incentivos fiscais ou creditícios”.

Arquivo pessoal



Preparação

Coordenador político do PL, o advogado Antônio Gomes tem dito aos pré-candidatos do partido e aos arrudistas em geral que se preparem para uma possível candidatura de José Roberto Arruda ao Palácio do Buriti.

Dia D

O 7 de junho será decisivo para a pré-candidatura de Flávia Arruda (PL) ao Senado. É a data marcada para a festa de Damares Alves (Republicanos). O presidente Jair Bolsonaro e a primeira-dama, Michele Bolsonaro, são convidados do lançamento da candidatura da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. A expectativa de alguns integrantes do partido é que Bolsonaro não vai aparecer, justamente para manter o suspense de sua preferência.



Arquivo pessoal

Parceria e solidariedade

A pré-candidata a deputada federal pelo PL-DF Marcela Passamani, ex-secretária de Justiça e Cidadania, se encontrou com a deputada federal Flávia Arruda, na 137ª edição da Festa do Divino Espírito Santo, em Planaltina. Prestou solidariedade e declarou seu apoio à parceira política, alvo de rumores sobre uma suposta desistência da campanha ao Senado Federal. Aparentemente estão tranquilas com o futuro.

Atenção!

Tudo o que o governador Ibaneis Rocha (MDB) não quer neste momento é perder o controle da covid-19 em plena véspera do início da campanha eleitoral. Justo ele que tomou as primeiras medidas restritivas no início da pandemia que podem ter impedido uma proliferação ainda maior do novo coronavírus. Por isso, ele está atento aos números. Mas ainda não considera o momento de determinar a obrigatoriedade das máscaras.

Cuidado

A covid-19 começa a ganhar força novamente. Muitas contaminações. Quem não conhece alguém que se infectou nas últimas semanas? Fora os casos assintomáticos ou que se confundem com gripes. Melhor coisa é voltar a usar máscaras e adotar cuidados pessoais, como têm advertido técnicos da área de saúde, mesmo sem a obrigação legal.

Ed Alves/CB/D.A Press



Positivo

Um dos que acabou infectado pela covid-19, depois de ter conseguido se desviar do vírus durante toda a pandemia, foi o superintendente regional do Sebrae, Valdir Oliveira. Ele testou positivo nesta semana. Mas está bem, em casa.

Divulgação/PDT



Chapa pura

O ex-presidente da Câmara Legislativa Joe Valle diz que seu partido, o PDT, pode seguir em campanha ao GDF em chapa pura. A senadora Leila Barros como candidata ao governo e Joe, vice. Ambos darão o palanque para o presidenciável Ciro Gomes (PDT).

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

FEMINICÍDIO / A violência contra as mulheres expõem fragilidade do sistema em promover segurança e direitos dessa parcela da população. Familiares das vítimas pedem justiça. Especialistas avaliam que há falhas no cumprimento da Lei

Pelo fim da barbárie

» ANA MARIA POL
» EDUARDO FERNANDES*

Uma realidade que parece sem fim, provocando medo e sensação de insegurança. De janeiro a maio de 2022, ocorreram seis feminicídios no Distrito Federal. No mesmo período do ano passado, foram 12 — o dobro. Mesmo com a redução, os dados mostram que ainda há muito a ser feito para acabar com a violência contra a mulher. Nos dois casos mais recentes, os atos, revoltantes por si próprios, chocam ainda mais pela selvageria. Duas mulheres foram queimadas.

“Não consigo passar um dia sem pensar (nela). Parece que não caiu a ficha ainda”, revela Rosimeire Paz, 39, irmã de Marina Paz, 30, encontrada com o corpo parcialmente carbonizado, em 18 de maio, na BR-070, na região de Taguatinga. Segundo a familiar, antes do ocorrido, os dias de Marina, que veio para o DF depois de terminar um casamento, foram bem difíceis. Uma gestação interrompida e relacionamentos conturbados. Um deles, com o acusado do crime, Wallace Eduardo, que confessou na delegacia.

Os parentes pedem justiça e querem que o ex-companheiro tenha pena máxima. O delegado Mauro Aguiar, da 17ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Norte), informou que o inquérito do caso deve ser concluído em breve. “A prisão dele foi temporária, mas vamos pedir a prisão preventiva para que ele responda pelo crime preso”, informou.

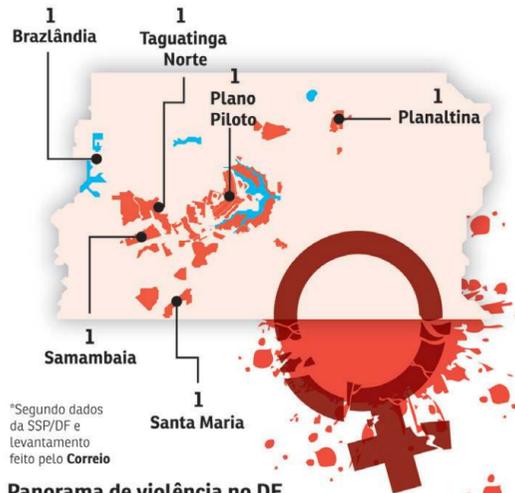
A família de Brenda Pinheiro, 26 anos, também enfrenta uma enorme perda. O corpo da jovem foi encontrado em chamas próximo a um matagal, no Parque Gatumé, em Samambaia, em 7 de maio. Ela morava com a mãe no Recanto das Emas e estava desaparecida há quatro dias. O corpo estava sem roupas e apresentava ferimentos de pelo menos 22 facadas. Os policiais acreditam que a vítima possa ter sido estupro antes de ser assassinada.

A tia de Brenda, Alice Pinheiro, 39, diz estar em choque com a barbárie e pede para que os culpados sejam localizados o mais rápido possível. “A mãe dela chora dia e noite, pedindo apenas por justiça”, desabafa. Para Alice, o ato que tirou a vida de Brenda foi cometido por mais de uma pessoa. Por isso, ela teme pelo pior contra a própria família e protesta pela demora em

Covardia

Tragédias na capital do país

Mapa com os casos de feminicídio no DF, em 2022



*Segundo dados da SSP/DF e levantamento feito pelo Correio

Panorama de violência no DF

- 75,2% dos casos ocorreram dentro de residências.
- em 84,9% dos casos, os autores eram maridos ou companheiros das vítimas.
- os dados revelam ainda que em 86,1% dos casos a motivação foi o sentimento de posse ou ciúme.
- em 99,3% dos casos, os crimes foram elucidados com identificação do autor.
- de março de 2015 a março de 2022, 69,8% das vítimas não haviam registrado ocorrências anteriores de violência doméstica.

*Dados da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios (CTMHF) da Secretaria de Segurança Pública SSP/DF, de março de 2015, quando entrou em vigor a “Lei do Feminicídio”, até o mês de abril de 2022

solucionar o caso. “Queremos justiça. Não podemos aceitar a morte dela. Não pode ter sido em vão. Foi desumano, queremos que os envolvidos paguem pelo o que fizeram.”

Outro crime que chocou o DF aconteceu em 1º de fevereiro. Ana Cristina de Araújo, 51, foi vítima de feminicídio no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), a caminho do

trabalho e sem chances de defesa. A empregada doméstica foi assassinada com golpes de facão pelo ex-genro, Marcos Fernando Domingos, 26. No ano passado, após um desentendimento com o acusado, a filha da vítima teve boa parte do corpo queimada. Quando decidiu pôr fim à relação, Marcos passou a ameaçar a jovem, a mãe dela e os parentes. Ele foi preso seis horas após o assassinato de Ana Cristina. O Correio procurou o delegado da 26ª Delegacia de Polícia (Samambaia) Rodrigo Carbone, que cuida da investigação. Ele informou que a apuração segue sob sigilo. “Não podemos passar nada para não atrapalhar as investigações. Elas estão caminhando bem e logo mais devemos ter atualizações”, disse.

Vulnerabilidade

Maria Lucia Pinto, professora emérita da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora do grupo de pesquisa Violes, acredita que crimes como esses, quando acontecem de maneira recorrente e tão cruel, expõem quão frágeis são as políticas de segurança e a implementação da legislação em crimes contra a mulher. “Se o instrumento de lei não é capaz de responsabilizar os autores agressores de tamanha violência, é preciso rever como está o sistema”, ressalta.

As autoridades responsáveis, segundo a especialista, precisam levar à luz o debate dentro do sistema judiciário, para que os casos tenham uma forte redução, além da prisão para os responsáveis. Ela destaca a importância de serem realizadas campanhas nacionais

de conscientização. Para a professora, a legislação precisa efetivamente ser colocada em prática, e a Lei Maria da Penha, conhecida nacionalmente pela proteção à mulher, torna-se algo banal, já que a não culpabilização e ineficiência no suporte às vítimas de agressões ou na tentativa de evitar a consumação do crime mostram o cenário de descalço.

Professora do Departamento de História da UnB e especialista em estudo de gêneros, Edlene Oliveira avalia as constantes falhas das esferas estatais e sociais em relação às discussões sobre violência contra mulher. Ela considera que é necessário promover debates que desconstruam mentalidades machistas e sexistas, já que os pontos são fatores que corroboram para o cenário geral dos crimes. “O machismo é uma construção cultural, é estrutural, não é natural e individual. Preconceitos e discriminações de gênero estão presentes, o que impede avanços e o debate público obrigatório do tema”, pontua a especialista.

Um caminho que pode ajudar é a educação para homens e mulheres. Isso, segundo ela, desde a infância até a fase adulta, para que o respeito e a igualdade de gênero se perpetuem como um símbolo de uma população melhor. “A conscientização do abuso é que leva as mulheres vítimas a buscarem ajuda com a família, amigos, vizinhos, psicólogos. É também importante fazer a denúncia pela via formal”, alerta Edlene.

*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso